



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria
Subsecretaria de Avaliação de Gasto Direto
Coordenação-Geral de Articulação do Gasto Direto

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DE 2020 DO COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE GASTOS DIRETOS (CMAG) E DO COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SUBSÍDIOS DA UNIÃO (CMAS)

Reunião virtual realizada em 05 de agosto de 2020, às 14h30min

Pauta:

- 1) Deliberação sobre a minuta de resolução (em anexo) que trata do monitoramento das recomendações resultantes das avaliações do CMAP (CGU - 30min)
- 2) Debate sobre a minuta de resolução (15min)
- 3) Informe sobre a proposta de criação do catálogo de políticas públicas do governo federal (SECAP - 15min)
- 4) Informe sobre o andamento dos produtos do catálogo de políticas (IPEA - 15min)
- 5) Debate sobre o catálogo de políticas públicas (15min)

1. Da minuta de resolução sobre o monitoramento das recomendações resultantes das avaliações do CMAP

Dando seguimento à institucionalização da avaliação de políticas públicas no governo federal, a Secretária substituta da SECAP abriu a reunião conjunta do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União (CMAS) e do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos (CMAG), e passou a palavra para o representante da CGU iniciar a apresentação sobre o processo de monitoramento da implementação das recomendações resultantes das avaliações.

O representante da CGU ressaltou que o processo de monitoramento é, junto com a avaliação, a segunda atividade essencial do CMAP e envolve a fase de elaboração do plano de ação da implementação das recomendações e em seguida o monitoramento da implementação dessas recomendações. Ele acrescentou ainda que o plano de ação é necessário porque, por vezes, mesmo que a avaliação traga clareza da necessidade de mudança na política, pode ocorrer de o gestor não ter a capacidade de executar a mudança sozinho, ou ainda precisar de apoio para articular com demais atores envolvidos. A definição do que é uma recomendação foi apresentada, junto de suas características desejáveis e dos critérios de classificação das recomendações. Explicou que os Comitês têm um papel importante de selecionar as recomendações prioritárias, que serão enviadas ao CMAP, ao passo que as complementares não serão monitoradas em sistema, como aquelas aprovadas pelo Conselho. O representante da CGU também mencionou que o gestor da política terá um prazo de 60 dias para elaborar o plano de ação, que é o momento em que as

recomendações serão desdobradas em ações e posteriormente serão inseridas em um sistema mantido pela CGU. Caso a recomendação preconize uma alteração normativa, a Casa Civil também atuará junto aos atores necessários.

Debate: A preocupação do representante da RFB é como conciliar o que o órgão gestor vai fazer para aprimorar sua política pública com as recomendações que estão sendo emitidas ao final da avaliação. É preciso estarmos cientes das dificuldades de monitorar as recomendações, caso o gestor da política não compartilhe da mesma visão que está no relatório de recomendações. Ponderou que, mesmo que se recomendasse ao órgão gestor acabar com um benefício, por vezes poderia não estar no âmbito da governança desse órgão fazer a alteração. Outra preocupação é quanto ao papel da CGU para ver se as recomendações serão cumpridas. Perguntou se os resultados das avaliações seriam acompanhados em outros processos de controle interno, como a possibilidade de integrarem as prestações de contas do governo.

Representante da CGU respondeu que é importante monitorarmos a implementação das recomendações porque o Congresso Nacional ou o TCU poderão cobrar pela efetividade das recomendações. Comentou também que existem Ministérios com processos mais consolidados, enquanto outros podem mudar de rumos quando ocorre troca de comando. Assim, o acompanhamento da implementação das recomendações seria inevitável, principalmente no segundo caso.

A Secretária substituta da SECAP esclareceu que a minuta de resolução apresentada propõe sistemática similar ao modelo adotado no México, onde o plano de ação é construído dando oportunidade ao gestor para elaborá-lo e permitindo a proposição de alternativas que atinjam os mesmos resultados almejados nas recomendações, mesmo que não seja da forma que a recomendação estipulou.

Representante da Casa Civil lembrou que as avaliações têm o papel de jogar luz nas necessidades de melhoria das políticas, mas quem realmente poderá fazer mudanças nelas são os políticos. Argumentou que, quando as recomendações são no sentido de propor melhorias de eficiência e de implementação, o Conselho pode ter um papel maior, mas quando são no sentido de alterar certas políticas, é a classe política que precisa atuar, por mais que existem evidências a favor da alteração.

Após o debate, a minuta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2. Informe sobre a proposta de criação do catálogo de políticas públicas do governo federal

Representante da SECAP iniciou a apresentação do plano de trabalho do projeto de criação do catálogo de políticas públicas do governo federal que teve início em dezembro de 2019 e tem data de término prevista para julho de 2021 e focou nos resultados já alcançados na etapa 1 do projeto. Participam desse projeto a SECAP, ENAP, CGU, Casa Civil (CC), o IPEA e o BID. O projeto tem 3 etapas: Etapa 1) definição de finalidades, atributos obrigatórios e complementares, conceitos e responsáveis; Etapa 2) captação e sistematização de dados secundários e a sua validação; Etapa 3) disseminação do catálogo e atividades complementares para coleta de dados primários. Cada uma dessas etapas contém várias atividades que serão realizadas com a ajuda dos órgãos envolvidos no projeto. Durante a Etapa 1, em fase de finalização, foi definida a abrangência do catálogo, a lista de atributos (variáveis) observáveis em cada política pública, o conceito de política pública, o público alvo e o público de interesse do catálogo, bem como a governança do catálogo que mostra quem são e quais são as atribuições dos responsáveis por cada atividade.

Após a exposição do plano de trabalho, a representante do IPEA detalhou a etapa 2 do projeto, já em execução, a ser executada em 6 fases, e explicou a metodologia de captação e sistematização dos dados secundários, a partir de informações dos sites dos Ministérios setoriais e do PPA atual, a fim de se chegar a uma listagem inicial das políticas públicas. Ela explicou que esse catálogo servirá para conhecer, sistematizar e dar transparência ao universo de políticas públicas do Poder Executivo Federal e servirá de base para a seleção de políticas públicas que entrarão na agenda anual do CMAP, bem como na agenda de auditorias da CGU. Explicou ainda que o catálogo será mais detalhado do que o painel do PPA existente porque além de tomar como ponto de partida os programas finalísticos do PPA e as ações orçamentárias e não orçamentárias a eles vinculados, oriundas da Lei Orçamentária Anual (LOA) e disponibilizadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), contará com outras variáveis.

Debate: Representante da CGU sugeriu disponibilizar as informações do catálogo em padrão API (da sigla, em inglês, *Application Programming Interface*) ou outro formato que seja de simples acesso para o público alvo e o público de interesse. Adicionalmente, o representante da Casa Civil indagou sobre a inclusão de políticas públicas que não envolvem gastos diretos ou indiretos, tais como as políticas regulatórias. Houve também, por parte do representante da CGU, a reflexão de que os atores envolvidos na elaboração do catálogo pensem na forma de como será o processo de atualização dos dados para que o catálogo se torne uma iniciativa duradoura e com um custo de manutenção e atualização aceitável para a Administração Pública.

Após o debate, a Secretária substituta da SECAP agradeceu a participação de todos os membros dos dois Comitês e encerrou a reunião.

Documento assinado eletronicamente

Aumara Feu

Coordenadora CMAS/CMAG, suplente

Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia, substituta

Documento assinado eletronicamente

Pedro Jucá Maciel

Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia

Documento assinado eletronicamente

Erik Figueiredo

Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia

Documento assinado eletronicamente

Pablo Rangel

Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia

Documento assinado eletronicamente

Carlos Higino Ribeiro de Alencar

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Documento assinado eletronicamente

Elvis Galera

Secretaria de Previdência do Ministério da Economia

Documento assinado eletronicamente

Leonardo Chagas

Subchefia de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente

Marcos César de Oliveira Pinto

Subchefia de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente

Gustavo de Queiroz Chaves

Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União

Documento assinado eletronicamente

Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União



Documento assinado eletronicamente por **Aumara Bastos Feu Alvim de Souza, Subsecretário(a) de Avaliação de Gasto Direto**, em 21/09/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Juca Maciel, Subsecretário(a) de Planejamento Estratégico da Política Fiscal**, em 22/09/2020, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Bezerra Leonel, Usuário Externo**, em 22/09/2020, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erik Alencar de Figueiredo, Subsecretário(a) de Política Fiscal**, em 22/09/2020, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Rangell Mendes Rios Pereira, Subsecretário(a)**, em 23/09/2020, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES, Usuário Externo**, em 23/09/2020, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar de Oliveira Pinto, Usuário Externo**, em 23/09/2020, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Auditor(a) Fiscal da Receita Federal do Brasil**, em 23/09/2020, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elvis Gallera Garcia, Secretário(a)-Adjunto(a)**, em 24/09/2020, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lima Chagas, Usuário Externo**, em 24/09/2020, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10634547** e o código CRC **90754360**.

